

## PRESENÇA DOS BACHARÉIS DAS ARCADAS NA CHEFIA DA REPÚBLICA

Emeric Levai

Viveiro de homens públicos desde sua longínqua instalação há mais de século e meio, à Academia do Largo de São Francisco coube o supremo papel na direção intelectual e política do Brasil, tal como ocorreu com sua co-irmã, no norte do País, inicialmente instalada em Olinda, de onde foi transferida para o Recife em 1854.

Da Faculdade de Direito de São Paulo saíram poetas, parlamentares, magistrados, jornalistas e quase todos os presidentes civis da Velha República, a partir de Prudente de Moraes, formado em 1863, que presidiu a Assembléia Constituinte de 1891 e postulou o mandato presidencial perante seus pares, no Congresso Nacional, perdendo para o proclamador da República, por 97 votos a 129.

Antes dele, um outro acadêmico, Rui Barbosa, da turma de 1870, fora nomeado pelo Marechal Deodoro da Fonseca em pleno Governo Provisório (dezembro de 1889) o 1º Vice-Chefe do mesmo governo, não tendo ele, todavia, exercido essa função a despeito de o "Generalíssimo" haver manifestado o desejo de lhe passar o poder em maio de 1890. Mais tarde, Rui pediu exoneração, indicando Floriano Peixoto para substituí-lo (carta de 17 de agosto de 1890), cujo nome ele iria sufragar na eleição de 1891, aliás indireta, para vice-presidente.

O grande baiano tentou alcançar a suprema magistratura em 1909, quando retornou da 2ª Conferência da Paz em Haia, numa eleição vencida por Hermes da Fonseca, não tendo melhor sorte nas urnas em 1919 que deu a vitória para Epiácio Pessoa, este diplomado pela Faculdade de Direito do Recife em 1886.

Depois de Prudente de Moraes veio o segundo presidente civil, o campineiro Campos Sales, da mesma turma de seu antecessor (1863), que assumiu o governo a 15 de novembro de 1902, sendo este último sucedido por Rodrigues Alves, colega de turma de Rui.

Segue-se o governo de Afonso Pena, também pertencente à gloriosa turma de 1870, cujo mandato, em virtude de seu falecimento em junho de 1909 foi completado por Nilo Peçanha. Era a época do predomínio político de Pinheiro Machado, bacharel pela turma de 1878,

que desempenhou relevante papel na campanha presidencial que deu a vitória a Hermes da Fonseca, cujo vice, Wenceslau Brás, da turma de 1890, seria seu sucessor no quadriênio seguinte (1914 a 1918).

Rodrigues Alves, eleito pela segunda vez em 1 de março de 1918, não pôde tomar posse do cargo em razão de moléstia, tendo o vice-presidente Delfim Moreira, formado em 1891, se empossado e assumido interinamente a chefia do Poder Executivo, que exerceu, por morte do titular, até julho de 1919, quando passou o governo a Epietácio Pessoa.

Arthur Bernardes, mineiro de Viçosa, que governou a República no agitado período de 1922 a 1926, fez o curso jurídico em Ouro Preto até o 3º ano, terminando-o em São Paulo, na turma de 1900. O quadriênio posterior, iniciado a 15 de novembro de 1926, marca a presença de Washington Luís na presidência da Nação, também bacharel pelas Arcadas, onde colou grau em 1891.

Júlio Prestes, formado em 1906, não pôde assumir o cargo para o qual foi eleito em março de 1930, em virtude do triunfo da Revolução de Outubro que depôs seu antecessor e entregou o poder ao candidato da Aliança Liberal — Getúlio Vargas — derrotado nas urnas, que era bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907).

Ao governo provisório que inaugura a Segunda República, sobrevém a normalidade constitucional e a eleição indireta de Vargas pela Assembléia Nacional Constituinte (1934) para o cargo de Presidente da República, tendo Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, que pertenceu à turma de 1891, exercido o mesmo cargo como presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita do titular à Argentina e ao Uruguai em meados de 1935.

A grave crise institucional que alcançou seu climax em outubro de 1945, motivou a “renúncia” do Ditador, tendo os chefes militares, por falta de substituto legal no regime então em vigor e com a anuência dos dois candidatos à sua sucessão, resolvido convocar o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal e formado em 1908, para assumir o cargo vago, à guisa da solução prevista na Constituição de 1934, no qual permaneceu até a posse do General Eurico Gaspar Dutra, em 31 de janeiro de 1946.

Mais tarde, em razão da “novembrada” de 1955, que afastou o Presidente João Café Filho do Palácio do Catete e impediu seu substituto legal de exercer o cargo, o senador Nereu Ramos, formado em 1909, veste pela segunda vez a faixa presidencial, visto que, na qualidade de vice-presidente no Governo Dutra, já havia exercido tal função por curto espaço de tempo (maio de 1949) faixa essa que Juscelino Kubitschek em janeiro de 1961 passaria a outro bacharel do Largo de São Francisco, o matogrossense Jânio da Silva Quadros, graduado em 1939.

Nos dias atuais, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, pertencente à turma de 1940, teve ensejo de substituir várias vezes o Presidente José Sarney, e mais recentemente, em virtude de impedimento ocasional do Senador José Fragelli, que integrou a turma acadêmica de 1938, assumiu o Ministro Moreira Alves, na qualidade de presidente do Supremo Tribunal Federal, quando da viagem do respectivo titular à Itália, honra essa exercida há pouco, nos meses de julho e setembro passados (1986), pelo ilustre Presidente do Senado, por ocasião da visita do chefe da Nação à Argentina e aos Estados Unidos.

Moreira Alves, que é natural de Taubaté, não se formou pelas venerandas Arcadas, mas integra, para gáudio dos bacharéis que saíram daquela Casa, a congregação da Velha Academia, como catedrático de Direito Civil e Livre-Docente de Direito Romano.

Eis aí, em resumo apertado, a seqüência cronológica da presença dos bacharéis do Largo de São Francisco na Presidência da República, com especial atenção ao período em que exerceram o importante cargo, como titulares, sucessores ou substitutos eventuais, até a presente data, com a indicação das turmas acadêmicas a que pertenceram.